



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO

Lei nº 084/2011

de 04 de julho 2011

Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Congo (COMSEA - Congo) e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DO CONGO, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Congo-PB, denominado COMSEA - CONGO, enquanto espaço de articulação entre o Governo Municipal e a sociedade civil para a formulação de diretrizes para Políticas e ações na área de segurança alimentar e nutricional sustentável.

Art. 2º - O Conselho Municipal de Segurança Alimentar de Congo-PB, COMSEA – CONGO, é um órgão colegiado, autônomo, de caráter consultivo e deliberativo, constituído em parceria com o Governo Municipal e com a Sociedade Civil, vinculado diretamente ao Gabinete do Prefeito;

Art. 3º - Cabe ao COMSEA – CONGO, estabelecer diálogo permanente entre o Governo Municipal e as organizações sociais nele representadas, com o objetivo de subsidiar a Administração Municipal na formulação de políticas de na definição de diretrizes e prioridades que visem à garantia do direito humano à alimentação.

Art. 4º - COMSEA – CONGO tem como finalidade propor políticas programas, projetos e ações que configurem o direito à alimentação e à nutrição como parte integrante dos direitos humanos, competindo-lhe, ainda:

I – Propor as diretrizes da política municipal de segurança alimentar e nutricional a serem implementadas;

II – Incentivar a articulação e mobilização da sociedade civil para implementação de ações voltadas para o combate às causas da miséria e da fome no âmbito municipal;

III – Realizar, promover e apoiar estudos que fundamentam as propostas ligadas a segurança alimentar e nutricional;

IV – Estabelecer parcerias que garantam mobilização e racionalização no uso dos recursos disponíveis;



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO

V – Contribuir com a integração do Plano municipal com os programas de combate à fome e segurança alimentar e nutricional;

VI – Promover e coordenar campanhas de conscientização da opinião pública visando à união dos esforços;

VII – Criar câmaras temáticas para acompanhamento permanente de assuntos fundamentais na área de segurança alimentar e nutricional sustentável;

VIII – Organizar e programar a cada dois anos a Conferência Municipal de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável de CONGO;

Art. 5º - A diretoria do COMSEA – CONGO, terá a seguinte composição:

I – Um (1) Presidente;

II – Um (1) Vice-Presidente;

III – Um (1) Secretário Geral

Parágrafo Único: A diretoria do COMSEA – CONGO, será eleita dentre e pelos membros titulares.

Art. 6º - O Conselho observará em sua composição a proporcionalidade de 1/3 de representantes do Poder Público e 2/3 de representantes das entidades da sociedade civil.

§ 1º - Para cada representante titular, haverá um representante suplente;

§ 2º - Caberá o Governo Municipal definir seus representantes incluindo as Secretarias afins e órgãos estaduais e federais sediados no Município sobre o tema da Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável.

§ 3º - A definição da representação da sociedade civil deverá ser estabelecida através de consulta pública, entre outros, aos seguintes segmentos sociais:

DO GOVERNO MUNICIPAL:

Um representante indicado pela Secretaria de Assistência Social;

Um representante indicado pela Secretaria de Saúde;

Um representante indicado pela Secretaria de Agricultura;

Um representante indicado pela Secretaria de Educação e Cultura.

DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA:

Um representante indicado pela Pastoral da Criança;

Um representante indicado pela Associação de produtores Rurais do Sítio Santa Rita;

Um representante indicado pela ASPAC;

Um representante das igrejas Evangélicas;

Rua Senador Rui Carneiro S/N Congo – PB

CNPJ 08.870.164/0001-81 Telefone: 83) 3359-1100 E-MAIL pmcongo@hotmail.com



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO

Um representante da Igreja Católica;

Um representante indicado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

§ 4º - As instituições representadas no COMSEA devem ter efetiva atuação no Município.

§ 5º - O mandato dos membros representantes da sociedade civil no COMSEA será de dois anos, admitida uma recondução consecutiva.

§ 6º - A ausência às reuniões plenárias deve ser justificada em comunicação por escrito à presidência com antecedência de no mínimo três dias, ou três dias posteriores à cessão, se imprevisível.

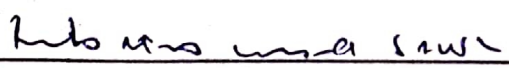
Art. 7º - O COMSEA será instituído através de Decreto municipal contendo a indicação dos conselheiros governamentais e não governamentais com seus respectivos suplentes.

Art. 8º - As plenárias do COMSEA – CONGO, têm caráter público, podendo, assim, participar convidados ou observadores-representantes de órgãos ou entidades de ação municipal e regional, sem direito a voto.

Parágrafo Único: O COMSEA realizará trimestralmente plenárias com os representantes de conselhos afins para discutir sobre a temática, de modo a promover a intersectorialidade.

Art. 9º – Os serviços prestados ao Município pelos membros do Conselho são considerados de relevante interesse público, e, portanto, gratuitos.

Art. 10º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.



Romualdo Antônio Quirino de Souza
Prefeito